

A inclusão das crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil da Rede Municipal de Educação de Goiânia

Cinthia Brenda Siqueira Santiago¹
Gabriela da Silva Batista²
Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira³

Resumo

Este artigo se relaciona com a educação especial na perspectiva da educação inclusiva no contexto da educação infantil e elege como objetivo e recorte de pesquisa, a realização de um levantamento das matrículas de crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA na rede municipal de educação de Goiânia, a partir dos dados disponibilizados pelo Censo Escolar do ano de 2020 e a discussão do seu processo de inclusão. O estudo apresenta uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e de natureza exploratória. Para a análise dos dados, utiliza-se dos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e enquanto resultados, dentre outros, demonstra um número relevante de crianças com TEA matriculadas na educação infantil na Rede Municipal de Educação de Goiânia, além de compreender a importância da existência dos Centros de Apoio à Inclusão para elas e seus familiares, ao acompanhar o processo de desenvolvimento, ensino e aprendizagem. Os resultados permitem inferir a relevância de maiores investimentos na formação continuada dos professores do ensino regular que estão presentes diariamente nos espaços escolares juntamente a essas crianças.

Palavras-chave: educação especial, educação inclusiva, educação infantil, Transtorno do Espectro Autista.

The inclusion of children with autism spectrum disorder in early childhood education of the Municipal Education Network of Goiânia

Abstract

This article is related to special education from the perspective of inclusive education in the context of early childhood education and chooses as an objective and research cut, to carry out a survey of the enrollment of children with Autism Spectrum Disorder - ASD in the municipal education network of Goiânia, based on data provided by the 2020 Censo Escolar and the discussion of its inclusion process. The study presents a bibliographic and documental research, with a qualitative approach and exploratory nature. For data analysis, it uses the assumptions of Bardin's Content Analysis (1977) and presents as results, a relevant number of children with ASD enrolled in early childhood education in the municipal education network of Goiânia, in addition to understanding the importance of the existence of Centros de Apoio à Inclusão for them and their families, monitoring the development, teaching and learning process. The results allow us to infer the relevance of greater investments in the continuous training of regular education teachers who are present daily in school spaces together with these children.

Keywords: special education, inclusive education, early childhood education, Autism Spectrum Disorder.

¹ Doutoranda em Educação (PPGE/FE/UFG); Analista de Apoio à Inclusão (SESI-GO); E-mail: cinthia-santiago@hotmail.com.

² Graduada em Pedagogia (FE/UFG); Professora da Educação Básica; E-mail: gabriela.batista@discente.ufg.br.

³ Pós-Doutorado em Educação Inclusiva (Unicamp); Professor do Magistério Superior (FE/UFG); E-mail: professorricardoteixeira@ufg.br.

Introdução

Este artigo traz como tema a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA⁴ na Rede Municipal de Educação - RME, da cidade de Goiânia, Goiás. Assim, é importante salientar que no contexto atual, nota-se que cada vez mais, pais e/ou responsáveis por crianças com TEA procuram as instituições de ensino com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento infantil de seus filhos e sua inclusão no meio escolar.

Desse modo, discutir sobre o processo inclusivo das crianças com TEA da educação infantil, especialmente da RME de Goiânia, recorte do presente estudo, é imprescindível, uma vez que, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN/1996, a educação é um direito público subjetivo, obrigatório e gratuito, independentemente das características físicas, ideológicas, de gênero ou sociais.

Portanto, compreender que a criança é um ser histórico e de direitos, que aprende e se desenvolve a partir do contato com os diversos contextos e em variadas práticas sociais, é o ponto de partida para a busca do desenvolvimento integral, ou seja, em suas múltiplas dimensões: físicas, intelectuais, sociais, emocionais e simbólicas.

À vista disso, a educação infantil é uma importante etapa da educação básica que com a participação e envolvimento da família e escola, visa o desenvolvimento integral da criança, uma vez que nessas relações são proporcionados momentos de interação social, brincadeiras, acesso ao lazer, à cultura e a momentos significativos de aprendizagens, que são fundamentais para tal desenvolvimento.

Nesse sentido, a educação infantil, que é a base da educação escolar, necessita proporcionar uma educação inclusiva de qualidade, que garanta e assegure os direitos fundamentais para o acesso, permanência e desenvolvimento das crianças com deficiência, dentre elas, as com TEA. Perante ao exposto, cabe destacar a importância da ampliação de estudos e pesquisas para compreender a inclusão das crianças com deficiência na educação infantil e identificar as barreiras atitudinais que dificultam o seu processo inclusivo.

⁴ Transtorno do Espectro Autista, é um tipo de transtorno do desenvolvimento, que pode apresentar algumas características específicas, dentre elas: dificuldade na interação, socialização e comunicação, comportamentos considerados repetitivos etc. (CUNHA, 2019).

De acordo com Barbosa, Martins e Soares (2021), muitas crianças brasileiras estão inseridas num contexto de vulnerabilidade social que fere sua dignidade humana, por esse motivo, cotidianamente “as crianças brasileiras de baixa renda – por vezes, sem qualquer renda – vivem em condição de anonimato, excluídas de seus direitos fundamentais e ausência de experiências que possam demarcar uma cidadania em todas as suas dimensões” (BARBOSA; MARTINS; SOARES, 2021, p. 44).

Mesmo diante dos avanços históricos alcançados por meio de lutas e debates sociais, os quais refletem na implementação de políticas inclusivas para assegurar os direitos das pessoas com deficiência no que se refere ao acesso e permanência na educação escolar, ainda há muito por se fazer para que a educação inclusiva ocorra de fato em suas múltiplas facetas, isto é, na minimização de diversas barreiras, como por exemplo: atitudinais, tecnológicas, urbanísticas, dentre outras.

Nessa conjuntura, a inclusão da criança com TEA na educação infantil, pode ser ainda mais complexa, visto que essa deficiência apresenta diversas características particulares que interferem na interação social, aspecto este, que é importante no contexto da educação infantil.

De acordo com Cunha (2019, p. 26) o TEA “é um distúrbio de desenvolvimento tão complexo que nenhum modelo ou abordagem clínica poderia por si mesmo, esgotar o assunto”, pois apresenta comportamentos atípicos como o atraso da fala, pouco contato visual com as demais pessoas, dificuldade de socialização, entre outros. Essas características interferem no desenvolvimento global, sendo necessárias intervenções que auxiliem e contribuam para o avanço da criança com TEA.

A Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, destaca que a pessoa com TEA é aquela que apresenta síndrome clínica caracterizada na forma dos incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (BRASIL, 2012, n. p).

Diante das especificidades elencadas é importante destacar que o TEA não se trata de uma doença, mas sim de uma deficiência persistente, portanto, não tem cura. Dessa maneira, o trabalho coletivo de intervenções realizadas por profissionais capacitados nas mais diversas áreas poderá proporcionar maior desenvolvimento ao indivíduo, a partir de suas demandas.

Compreender a inclusão escolar da criança com TEA é necessário, pois suas particularidades precisam ser trabalhadas de modo que seja possível o seu acesso e permanência nos ambientes escolares. Outrossim, para que essa inclusão seja uma realidade, o processo em prol da minimização das barreiras atitudinais existentes nas instituições de ensino, precisa ser considerado. Além disso, o trabalho a ser realizado precisa ser desenvolvido e pensado individualmente para cada criança de forma que ela seja incluída no processo educativo. Sendo assim, Orrú (2017) destaca que:

[...] o entendimento das dificuldades no processo de aprender não pode ser concebido de modo universal, tais como os critérios diagnósticos o fazem acerca do indivíduo com autismo. Embora diagnosticados pelos mesmos critérios universalistas como autistas, cada qual tem suas habilidades e suas dificuldades, distintas e não homogêneas. Assim o é, pois existe um conjunto de elementos que diferem para cada sujeito segundo suas singularidades, sua subjetividade (ORRÚ, 2017, p. 169).

Desse modo, mediante lutas sociais históricas em busca de uma educação mais inclusiva e democrática, foi-se conquistando direitos para as pessoas com deficiência frequentarem a rede regular de ensino, independentemente de ser instituição pública ou privada.

Com relação à inclusão, a LDBEN/1996, em seu capítulo quinto, pontua que a educação especial é uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, n. p).

Para que se tenha uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, é importante trabalhar a inclusão desde a educação infantil, pois como mencionado, trata-se de uma etapa base do processo educacional do indivíduo, onde se discute o respeito, o ajudar ao próximo e a empatia, promovendo a compreensão e o entendimento das crianças sobre a importância de ressignificar os conceitos que permeiam a inclusão, que por vezes são carregados de preconceitos.

Aspectos metodológicos da pesquisa

A partir desses horizontes desafiadores optamos por apresentar neste artigo, o resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e de natureza exploratória. Com relação à pesquisa documental Gil (2002, p. 45), salienta que:

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa documental é uma investigação realizada a partir de documentos e/ou materiais diversos que poderão apresentar diferentes características, tanto do presente, quanto do passado. Assim sendo, nesse tipo de pesquisa, “o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70).

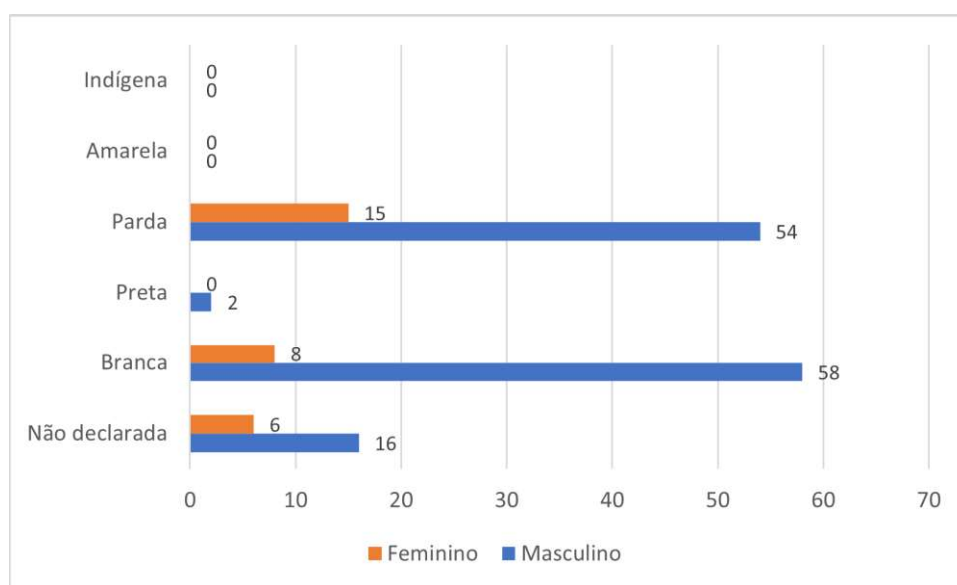
A pesquisa documental consiste na leitura e análise de dados dos documentos de caráter público ou privado que regulamentam as normas, os direitos, objetivos e finalidades das instituições e seus usuários. Na concepção de Gil (2002) “podem-se identificar pesquisas elaboradas baseadas em fontes documentais as mais diversas, tais como: correspondência pessoal, documentos cartoriais, registros de batismo, epitáfios, inscrições em banheiros etc” (GIL, 2002, p. 46).

Para analisar os dados obtidos, aplicamos a análise de conteúdo de Bardin (1977, p. 13), a qual relata que “a análise do conteúdo deve começar onde os modos tradicionais de investigação acabam”. Sendo assim, para Bardin (1977), a análise de conteúdo é uma técnica para analisar as informações coletadas pelo pesquisador, com o objetivo principal de classificar os dados levantados em temas e categorias, visando à compreensão do que está por trás dos discursos.

Inclusão das crianças com TEA na Rede Municipal de Educação de Goiânia

Com a finalidade de apresentar o levantamento de quantas crianças com TEA encontram-se matriculadas na Rede Municipal de Educação de Goiânia, foi realizada uma investigação junto ao Censo Escolar do ano de 2020, onde foi possível identificar a existência de 159 crianças com TEA. Além disso, pôde-se filtrar esse quantitativo por sexo e cor/raça. Como se pode observar no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Matrículas de crianças com TEA na Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Goiânia, por sexo e cor/raça



Fonte: Censo Escolar, Inep/Mec, dados de 2020.

Por meio do gráfico apresentado, é possível observar que a quantidade total de crianças com TEA, matriculadas na Rede Municipal de Educação de Goiânia, segundo o Censo Escolar de 2020, é de 159, entre meninos e meninas, sendo possível notar que o maior número é de crianças do sexo masculino.

Não foram identificadas crianças com TEA pelo critério cor/raça: indígenas ou amarelas. No entanto, das crianças consideradas pardas 22% são do sexo feminino e 78% do sexo masculino; as consideradas pretas 100% são do sexo masculino e das consideradas brancas 12% são do sexo feminino e 88% do sexo masculino. Por fim, do total de não declarantes quanto ao critério cor/raça 27% são do sexo feminino e 73% do sexo masculino. Diante disso, cabe

ponderar que conforme os dados apresentados no gráfico, a maioria das crianças com TEA matriculadas na Rede Municipal de Educação de Goiânia são pardas e brancas.

Ademais, na tabela a seguir, pode-se visualizar a proporção de crianças com TEA matriculadas na Rede Municipal de Educação de Goiânia, por sexo e faixa etária.

Tabela 1 - Matrículas de crianças com TEA na educação infantil da Rede Municipal de Educação de Goiânia, por sexo e faixa etária.

| | De zero a 3 anos | De 4 a 5 anos | De 6 a 11 anos |
|-----------|------------------|---------------|----------------|
| Masculino | 17 | 80 | 33 |
| Feminino | 5 | 15 | 9 |

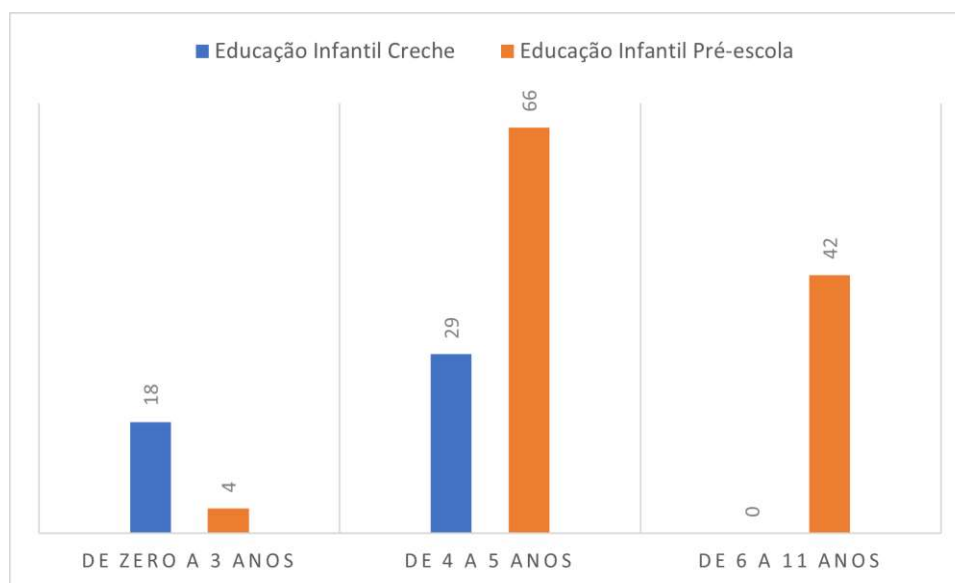
Fonte: Censo Escolar, Inep/Mec, dados de 2020.

Na tabela apresentada, observa-se que o sexo masculino é predominante no número de matrículas independentemente da faixa etária. No Censo Escolar de 2020, o número de crianças com TEA matriculadas na Rede Municipal de Educação de Goiânia no ano de 2020, na fase da creche, correspondia a vinte e duas, sendo dezessete do sexo masculino e cinco do sexo feminino.

Nota-se que na faixa etária de quatro a cinco anos, onde a quantidade total é de 95 crianças, 80 são do sexo masculino e quinze do sexo feminino. Já na faixa etária de seis a onze anos, de um total de 42 crianças, trinta e três são do sexo masculino e nove são do sexo feminino. Perante ao exposto, de maneira geral, pode-se destacar que se considerarmos a faixa etária de zero a onze anos, teremos um percentual de 18% do sexo feminino para 82% do sexo masculino.

A seguir veremos um gráfico que apresenta como informação o número de crianças por sexo e faixa etária matriculadas na educação infantil, nas fases: creche e pré-escola.

Gráfico 2 – Matrículas de crianças com TEA na educação infantil creche e pré-escola da Rede Municipal de Educação de Goiânia, por sexo e faixa etária



Fonte: Censo Escolar, Inep/Mec, dados de 2020.

No Gráfico 2, é possível visualizar que as barras que estão em azul representam a quantidade de crianças com TEA matriculadas na educação infantil creche, que expressa a existência de 18 crianças de zero a três anos de idade e 29 de quatro a cinco anos de idade.

Já nas barras em laranja observamos que existem matriculadas na pré-escola da Rede Municipal de Educação de Goiânia, quatro crianças com TEA de zero a três anos de idade, 66 de quatro a cinco anos e 42 de seis a onze anos.

Observa-se que algumas crianças com TEA se encontram matriculadas fora de sua faixa etária, pois conforme preconiza a LDBEN/96, a fase da creche vai de zero a três anos e a fase da pré-escola, de quatro a cinco anos. Em se tratando de base de dados oficial e consolidada, não é possível verificar maiores detalhes acerca desse lançamento.

Ao analisar os documentos disponibilizados no sítio da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, no qual existem documentos e orientações pedagógicas utilizadas pelas instituições de educação infantil da Prefeitura Municipal de Goiânia, encontrou-se documentos que regulamentam a educação inclusiva e a formação de professores, entretanto, não se identificou documentos relacionados diretamente ao TEA. Por outro lado, encontrou-se documentos que abordam, de maneira ampla, sobre as deficiências como um todo.

Por meio desses documentos foi possível perceber que a Prefeitura Municipal de Goiânia possui propostas de intervenção educacional para as crianças com deficiências,

independentemente de suas especificidades, disponibilizando Centros de Apoio à Inclusão, que proporcionam serviços de Atendimento Educacional Especializado - AEE, saúde, reabilitação, assistência social e assistência para as famílias de modo geral.

Vale destacar que os trabalhos desenvolvidos pelas instituições de AEE, entre outros, são realizados em conjunto com as instituições públicas de ensino frequentadas pelas crianças, para isso, precisam estar matriculadas em alguma delas.

Considerações finais

Este artigo propôs realizar um levantamento a partir dos dados coletados no Censo Escolar de 2020, afim de identificar quantas crianças com TEA se encontram matriculadas na educação infantil, na Rede Municipal de Educação de Goiânia e compreender como ocorre o seu processo de inclusão. Diante disso, foi possível filtrar dados com o quantitativo de 159 crianças, entre meninos e meninas, de faixas etárias e cor/raça distintas.

Constatou-se a existência e o trabalho dos Centros de Apoio à Inclusão das crianças com TEA, em parceria com as instituições escolares regulares onde as crianças se encontram matriculadas e frequentando, bem como sua importância para o desenvolvimento e avanço delas no processo formativo.

Os documentos orientadores disponibilizados no sítio da Prefeitura Municipal de Goiânia que regulamentam e orientam sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, têm como fundamento as leis sobre a inclusão das pessoas com deficiência e o seu direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Encontrou-se também documentos municipais que regulamentam o ensino de caráter inclusivo, no entanto, não se identificou documentos que abordem especificamente sobre a inclusão de crianças com TEA nas instituições educacionais.

Outro aspecto relevante que se nota a partir dos resultados da pesquisa, está relacionado à necessidade de formação específica para os professores que possuem em suas turmas, crianças com TEA, já que ao analisar os documentos orientadores levantados, não foi encontrado informações sobre formação de professores para atuarem junto a esse público.

Foi possível compreender ainda que apesar dos avanços no que se refere a inclusão das crianças com deficiência na Rede Municipal de Educação de Goiânia, projetos que versem

sobre tal temática, são relevantes para as instituições que possuem matriculadas em suas unidades, crianças com TEA, objeto do presente artigo.

Além disso, se faz necessária a criação de projetos de leis municipais, que garantam não só o acesso às redes de ensino, mas também a permanência e o desenvolvimento verdadeiro das crianças que possuem deficiência, pois as leis vigentes são importantes, mas é preciso progredir e alcançar cada dia mais os direitos fundamentais com o objetivo da melhoria na qualidade de vida das crianças com TEA e das com demais deficiências.

Referências

BARBOSA, Ivone Garcia; MARTINS, Telma Aparecida Teles; SOARES, Marcos Antônio. Infância, educação e trabalho: relações contraditórias na vida da criança no contexto capitalista. *Polyphonia*, v. 32/2, jul./dez. 2021.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL, Lei n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012. *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista*. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União n. 248, de 23/12/96 – Seção I. Brasília, 1996.

CUNHA, Eugenio. *Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. 7 ed. Rio de Janeiro: Wake d, 2019.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *A Educação Especial no Brasil – Da exclusão à Inclusão Escolar*. São Paulo, 2021.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil [livro eletrônico]: fundamentos e métodos*. São Paulo. ed. Cortez, 2013.

ORRÚ, Sílvia Ester *Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes* / Sílvia Ester Orrú; prefácio de Maria Teresa Eglér Mantoan. Petrópolis, R: Vozes, 2017.

VEIGA, Ilma Passos da. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In:* VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papyrus, 1998.

Recebido em: 22 set. 2022
Aceito em: 05 maio 2023